

Podemos dizer, por um lado, que o tema do PPP (Projeto Político-Pedagógico) é de hoje. Principalmente depois da LDBEN (9.394/96), associado à gestão democrática das escolas, tornou-se o carro-chefe da organização e da cultura escolar. Por outro lado, podemos dizer que o tema dos PPPs é de hoje, mas não vem de hoje. Predominam na história da educação brasileira embates entre projetos político-pedagógicos institucionais com perspectivas de políticas educacionais que pouco representaram as reivindicações de educadores e de segmentos da sociedade brasileira. Grandes projetos que poderiam materializar antigas exigências democráticas para escolas públicas (tais como LDB, PNE) permanecem, em boa parte, sendo diluídos ou descaracterizados.

O tema não é nada solitário. Envolve o coletivo dos educadores de todos os níveis de ensino e também está presente nas diversas reivindicações dos sindicatos, organizações docentes (e discentes) e nos Fóruns Nacionais de Educação. O tema traz consigo outros tantos. Nesta coletânea foi privilegiada parte daqueles que atingem primordialmente a educação básica. Neste sentido, professoras-pesquisadoras de diferentes universidades brasileiras esmiuçaram as artimanhas (arte & manhas) políticas e pedagógicas de projetos formais e informais de diferentes tempos e espaços, com diferentes abordagens, para ampliar os debates existentes, divulgar parte do conhecimento produzido, dentro da mesma opção por uma filosofia pública democrática que dê sentido a uma forma emancipatória de cidadania.

Neste sentido, Ilma Passos Alencastro Veiga, com reconhecida trajetória no assunto, examina cuidadosamente a orientação e o constrangimento causado pelas políticas públicas com relação ao sentido das atuais inovações no PPP. Realça a importância do discernimento teórico entre duas perspectivas: a regulatória, que nega diversidade de interesses e de atores para gerar um produto pronto e acabado, e a perspectiva emancipatória, que integra processo e produto resultando num processo de inovação teórica e metodológica construído, avaliado e consolidado coletivamente.

Não poderiam faltar traduções claras e diretas do imenso impacto dos programas de financiamento internacional nos PPP das escolas. Maria Abádia da Silva desenvolve uma reflexão instigante que abrange do projeto político do Banco Mundial ao PPP da escola pública brasileira. Com argúcia, a autora revela relações de poder e de cumplicidade pouco conhecidas, estabelecidas entre a equipe do Banco Mundial e a equipe brasileira do Ministério da Educação, e afirma a apropriação de estruturas institucionais educacionais pela via dos PPP, para chegar até dentro das escolas. Marília Fonseca, em seu artigo, procede a uma análise profunda e minuciosa dos resultados de uma ampla pesquisa integrada, realizada sob sua coordenação nas escolas básicas brasileiras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sobre o programa de gestão escolar (FUNDESCOLA) em sua relação com o PPP e com o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). Marília explicita neste trabalho a existência de duas concepções antagônicas de gestão educacional convivendo dentro da esfera governamental pública.

Para reconhecer algumas potencialidades e dificuldades enfrentadas no processo histórico de construção e consolidação dos PPP emancipadores para escolas públicas, Vera Lúcia Sabongi De Rossi analisa peculiaridades e semelhanças entre histórias (locais e regionais) de práticas de resistências culturais entre lideranças de educadores progressistas. Dulce Maria Pompêo de Camargo e Judite Gonçalves de Albuquerque escrevem sobre o Projeto Tucum, de formação de professores índios no exercício do magistério, para a construção de um currículo diversificado que vem dando sustentação aos PPP das escolas indígenas xavantes de Mato Grosso. A partir das políticas oficiais, as autoras analisam uma experiência singular, vivenciada por ambas, com elaborações significativas que revelam tensões culturais, nada simples, entre escolas e comunidades.

Ernesta Zamboni, como parte de sua pesquisa mais ampla sobre a construção do conhecimento escolar, analisa criteriosamente o projeto pedagógico contido nos atuais e polêmicos PCNS, tomando por referência o conceito-chave de identidade nacional no processo de formação da consciência histórica. A autora destaca o ensino de história no currículo (seu campo de pesquisa e de reconhecimento primordial) como lugar privilegiado para construir a pedagogia da Nação, sob o manto do ideário liberal do século XIX.

Para finalizar esta coletânea, Carlota Boto, entrelaçando seu faro investigativo com a delicadeza da escrita que lhe é peculiar, convidamos a uma viagem imprescindível aos projetos educativos de passados mais distantes, que presidem o debate contemporâneo sobre o tema. Privilegia um recorte mais amplo do tema e analisa a estrutura da escola à luz de uma caracterização sócio-histórica dos saberes culturais prescritos pelo PPP da modernidade ocidental do século XVII. A escola moderna, porta de entrada para a cultura letrada, torna-se instrumento de conformação e confirmação de valores, crenças e saberes da vida moderna ocidental. Qualquer projeção de nosso traçado no campo da educação precisa reconhecer a intencionalidade do ensino na escola, pois, alerta Carlota, ensinar é marcar a alma; e desta responsabilidade nenhum educador escapa.

VERA LÚCIA SABONGI DE ROSSI

(Organizadora)

Quando o ipê rosa substitui o amarelo